

de 2022 foi de R\$ 5.738 (R\$ 7.312 em 2021). Em dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de incentivo de longo prazo baseado na valorização sobre ações virtuais da Companhia (phantom shares), cujo incentivo apenas será pago se e quando forem atingidas certas condições. Em 31 de dezembro de 2022 nenhum impacto decorrente deste plano foi registrado devido à ausência de obrigação presente. **18. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 129.763 dividido em 1.014.740 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 498.253 ações preferenciais.

	31/12/2022	31/12/2021
Ações ordinárias	1.019.740	1.019.740
Ações preferenciais	498.253	498.253
	1.517.993	1.517.993

19. Resultado: 19.1. Receita de intermediação financeira:

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Receita bruta	58.695	105.304	68.689
(-) PIS sobre serviços	(948)	(1.700)	(1.305)
(-) COFINS sobre serviços	(4.366)	(7.831)	(5.098)
(-) ISS sobre serviços	(1.242)	(2.251)	(1.317)
	52.139	93.522	60.969

PIS - Programa de integração social
COFINS - Contribuição para seguridade social
ISS - Imposto sobre serviços

19.2. Despesas por natureza: As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Tarifas de boletos e adquirentes	(26.368)	(47.190)	(32.002)
Salários	(23.448)	(42.728)	(32.222)
Aluguel, condomínio, IPTU e energia	(7.299)	(4.867)	(4.511)
Encargos	(4.873)	(9.883)	(8.647)
Outras provisões operacionais	(2.523)	(8.342)	(4.358)
Benefícios	(3.364)	(6.381)	(4.825)
Depreciação e amortização	(4.286)	(6.236)	(2.797)
Custo processamento de dados	(3.050)	(5.040)	(2.635)
Marketing e propaganda	(2.319)	(4.940)	(5.913)
Aluguel, condomínio, IPTU e energia	(4.867)	(4.867)	(4.511)
Imposto sobre importação de serviços	(1.455)	(2.185)	(1.651)
Importação de serviços diversos	(953)	(1.823)	(2.894)
Eventos e confraternizações	(458)	(596)	(480)
Tarifas de transferências	(290)	(593)	(507)
Telefonia e internet	(188)	(398)	(425)
Contingências	658	81	(276)
(+) PIS	1.645	964	694
(-) COFINS	1.645	3.614	3.194
(-) Capitalização plataforma	2.764	5.383	3.266
(-) Outras receitas (despesas) operacionais (a)	8.903	6.827	828
	(69.554)	(136.917)	(102.970)
Custo dos serviços prestados	(28.725)	(50.954)	(32.097)
Despesas de pessoal e encargos	(28.879)	(53.482)	(42.249)
Despesas gerais e administrativas	(19.239)	(33.519)	(24.022)
Provisões operacionais	(1.674)	(7.714)	(4.611)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	8.963	8.852	9
	(69.554)	(136.917)	(102.970)

Renato Fairbanks Ribeiro
Diretor Presidente

(a) Refere-se substancialmente ao resultado decorrente da aquisição da carteira de clientes, da Juno no Brasil.

19.3. Resultado financeiro:

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	15.815	25.570	6.948
Variação cambial	4	25	9
Descontos obtidos	5	5	1
Outras receitas monetárias	15	15	15
Cotas FIDC	533	807	-
(-) PIS não cumulativo	(91)	(153)	(46)
(-) COFINS não cumulativo	(561)	(939)	(280)
Total de receitas financeiras	15.895	25.505	6.632
IOF	(96)	(166)	(113)
Pacotes financeiros	-	-	(3)
Juros passivos	(4.335)	(9.122)	(3.244)
Variação cambial	(11)	(26)	(23)
Multa	-	-	(35)
Tarifas de boletos	-	(6)	(28)
Outras despesas financeiras	(109)	(257)	(245)
Total de despesas financeiras	(4.551)	(9.577)	(3.673)

20. Política de gestão de riscos: A Companhia possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13. A Companhia possui políticas e procedimentos voltados para o desenvolvimento de produtos e serviços, de forma aderente aos seus clientes. Sua Administração reconhece que os assuntos relacionados a Compliance, incluindo qualidade de produtos e serviços, acidentes de trabalho, segurança da informação e finanças, constituem fatores de risco para seu crescimento sustentável. A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos. **Organização de Risco:** A Companhia tem uma forte organização de Riscos suportada por políticas e procedimentos internos que cobrem todas as áreas. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade tem a responsabilidade de definir as políticas gerais de gerenciamento de Riscos. Também avalia continuamente as medidas de controles de Riscos implementadas. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade se reporta ao Diretor Presidente, informando regularmente sobre suas atividades de gerenciamento de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade. A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulatórias bem como às melhores práticas de mercado. **Metodologia de Risco:** A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização. Possui como base a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos, minimizar riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem: • Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições a riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez; • Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado; • Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco; • Preparar e apresentar regularmente exposições a riscos relevantes; • Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização. Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantêm relação com a área de Gestão de Riscos. **a. Risco de crédito:** Os procedimentos de ge-

renciamento de risco enfatizam a identificação e a adoção de ações correlativas em tempo hábil. A Companhia culpe o conjunto de diretrizes, regras e procedimentos no âmbito da Política de Crédito, relativos ao gerenciamento do risco de crédito, abrangendo os seguintes aspectos: • Assegurar que sistemas sejam estabelecidos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos de crédito, de forma contínua, permitindo uma imediata identificação dos riscos; • Encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Conformidade as questões de risco de crédito reconhecidas e não reconhecidas, e sejam detectadas; • Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos de crédito; • Garantir que o controle e gerenciamento de riscos de crédito seja parte integrante das atividades diárias da empresa. **b. Risco de liquidez:** É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física e não ser capaz de solicitar o usuário do Risco de Liquidez e relacionado a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar suas obrigações de pagamento nos prazos estabelecidos, sem incorrer em perdas significativas. O Risco de Liquidez tende a aumentar outros riscos, da mesma forma não poder facilmente obter recursos para cobrir uma inadimplência inesperada, pode refletir no Risco de Crédito. Portanto, é necessário gerenciar os riscos de liquidez em conjunto com o risco de crédito. A Companhia possui diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretiva para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu uma política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões estabelecidos pela regulamentação. A Companhia possui procedimentos políticos, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez; • Estabelecimento de níveis de risco máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural; • Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado; • Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos; • Estabelecimento de sistemas de controle apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais, e a adoção de uma política com a gestão de liquidez da Companhia e de acordo com a Circular 3.705/14 emitida pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento alocados em títulos públicos federais. **c. Gestão de capital:** A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição esteja exposta, e a planejar o capital em função de necessidades de capital, considerando a estratégia da Companhia. A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos. O patrimônio líquido mínimo aplicável à Companhia, nos termos da Circular 3.681/13 emitida pelo BACEN, corresponde a 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do resultado das operações de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtidos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtenção entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para as existentes distorções podem ocorrer no relatório de auditoria, não sendo, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

objetivos São obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ocorrer por fraude ou erro, e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtimos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtenção entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para as existentes distorções podem ocorrer no relatório de auditoria, não sendo, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

André Luiz Gonçalves
Diretor Financeiro

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da **lugu Instituição de Pagamento S/A** - São Paulo - **SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da lugu Instituição de Pagamento S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações contábeis, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, do resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da lugu Instituição de Pagamento S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é res-

ponsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis. Não nos responsabilizamos por erros na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração também é responsável por liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos

gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa. A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a "Qualidade e Confiabilidade" dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as "Regras de Negócios", forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão. E adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com os padrões internacionais e de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, a qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado, incluindo: • Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e suas políticas, procedimentos e controles; • Segregação de funções associadas às áreas operacional e de controles; • Garantir que os papéis e responsabilidades sejam claramente definidos e que os funcionários possuam conhecimento e objetivos de desempenho relevantes em matéria de gestão de Risco Operacional e de identificar, mensurar e controlar todos os Riscos Operacionais, existentes e potenciais, que fazem parte de cada produto e ou serviço, atividade, processo e sistema; • Incluir sempre a análise de Risco Operacional no planejamento dos negócios, e nos processos de aprovação de investimentos, produtos e serviços; • Adotar sistemas que garantam um monitoramento constante da exposição aos Riscos Operacionais bem como medidas apropriadas para mitigar estes riscos; • Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Risco Operacional considerados significativos; • Otimizar os sistemas e procedimentos de controle e monitoramento continuamente, realizando revisões e reavaliações periódicas destes processos; • Manter planejamento de contingência e de continuidade de negócios; • Manter sistema de reporte de Risco Operacional apropriado e ágil em todos os níveis; • Garantir que o controle e gerenciamento de Riscos Operacionais sejam parte integrante das atividades diárias operacionais, o qual mantém um sistema de controles em linha com os padrões internacionais e de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possuía cobertura de seguros, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Seguros	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Locação imóvel	Riscos cessantes/despesas fixas	
	Verba contida	5.000
	Acidentes diversos	5.000
	Despesas fixas (Incêndio)	150
	Derriame de chuveiros automáticos	50
	Equipamentos eletrônicos	200
	Danos elétricos	300
	Aluguel	180
	Quebra de vidros	30
	Recomposição de registros de documentos	40
	Responsabilidade civil empregador	100
	Roubo ou subtração de bens mediante arrombamento	100
	Problemas hidráulicos	50
	Responsabilidade civil - estabelecimentos comerciais e industriais	500
	Responsabilidade civil dos administradores	100.000

Paulo Rogério Silva
Contador CRC15P238502/0-9

feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as expectativas divulgáveis nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam com os correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos os resultados da auditoria a planejados, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 Fº SP

Jonas Moreira Sales
Contador
CRC SP295315/O-4

MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL
05/2023 - REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Registro de preços para o fornecimento de hortifrutigranjeiros para atender alunos da Rede Pública de Ensino.
FICA SUSPENSO O PRESENTE PREGÃO PRESENCIAL POR DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS.
Santa Bárbara d'Oeste, 18 de abril de 2023.
RAFAEL PIOVEZAN - Prefeito Municipal
ROBERTA SEMMLER LAUDISSI - Secretária de Administração

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023-FAMESP/BAURU
REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2023-FAMESP/BAURU
PROCESSO Nº 6887/2023-FAMESP/BAURU
Acha-se à disposição dos interessados do dia 19 de abril ao dia 04 de maio de 2023, das 08:00 às 12:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Seção de Compras da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP, localizada na Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 1-100, Jardim Santos Dumont, Município de Bauru, Estado de São Paulo, Fone (0xx14) 3103-7777, ramal 3606 ou 3356, ou pelo site www.compraeletronica.famesp.org.br, o **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023-FAMESP/BAURU, REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2023-FAMESP/BAURU, PROCESSO Nº 3887/2023-FAMESP/BAURU**, que tem como objetivo o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE FRALDAS DIVERSAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA FAMESP: HOSPITAL ESTADUAL BAURU, HOSPITAL DE BASE, HOSPITAL MANOEL DE ABREU E MATERINIDADE SANTA ISABEL, PELO PERÍODO DE 12 MESES**, pelo menor preço por item, em conformidade com o disposto no **Anexo II**. A abertura da sessão pública será no dia 05 de maio de 2023, com início às 09:15 horas.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023-FAMESP/BAURU
PROCESSO Nº 6938/2023-FAMESP/BAURU
Acha-se à disposição dos interessados do dia 19 de abril ao dia 02 de maio de 2023, das 08:00 às 12:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Celula de Gestão de Suprimentos da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP/BAURU, localizada na Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 1-100, Jardim Santos Dumont, Município de Bauru, Estado de São Paulo, Telefones 14 3103-4113 / 14 3103-4115 / 3103-4118, ou pelo site www.compraeletronica.famesp.org.br, o **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023-FAMESP/BAURU, PROCESSO Nº 6938/2023-FAMESP/BAURU**, que tem como objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS EM AMOSTRAS DE PACIENTES DO HOSPITAL ESTADUAL DE BAURU, PELO PERÍODO DE 30 MESES**, em conformidade com o disposto no **Anexo II**. A abertura da sessão pública será no dia 03 de maio de 2023, com início às 09:15 horas.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 024/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023
PROCESSO Nº 11.201/2022
COMUNICADO
A Prefeita do Município da Estância Hidromineral de Poá, torna público aos interessados que, em virtude de instabilidades na Plataforma eletrônica compranet RESOLVEU ADIAR a sessão pública do Pregão Eletrônico nº. 020/2023, cujo objeto alude ao Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas, destinadas a atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Poá. Nestes termos, a abertura inicial e a abertura final, inicialmente previstas para o dia 24/04/2023 às 10:00 horas restará portanto **ADIADA para o dia 04/05/2023 às 10:00 horas** Edital e seus anexos, sem custo, no sítio da Prefeitura Municipal de Poá – www.poa.sp.gov.br, ou na Diretoria do Departamento de Licitações e Contratos, no horário compreendido entre 9 às 12 e das 13 às 16 horas, de segunda à sexta-feira, mediante a entrega de 01 (um) CD – ROM, do tipo CDR-80, virgem e acrado. Maiores informações pelo telefone (0xx11) 4634.8811/8812. Em, 18 de Abril de 2023. **Márcia Teixeira Din de Sousa - Prefeita Municipal**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000560-27.2022.8.26.0064/O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Arinosópolis, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXSANDER CORONADO BRÁDIO DA SILVA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A(O) M(A)NHEIR(D)OS SANTOS GALERANI, Brasileiro, Empresário, RG 447602740, CPF 38393195870, que lhe foi proposta uma ação de Notificação por parte de Irmsão Bráudio Incorporadora Imobiliária Ltda e outro, alegando em síntese: Em 13 de outubro de 2012 o notificado adquiriu mediante instrumento público a Estância Hidromineral de Poá, com o valor de R\$ 102.032,00, sendo pagas em 15 parcelas de R\$ 6.222,00 com uma entrada de R\$ 5.000,00. Contudo, o notificado não cumpriu o acordo e mesmo tendo feito o adiantamento do notificado não cumpriu com suas obrigações. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua NOTIFICAÇÃO por EDITAL, para os termos da ação proposta. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Arinosópolis, aos 24 de março de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000514-82.2016.8.26.0065/O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Barra Bonita, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME BECKER ATHERINO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A(O) JOSÉ REIS DE SOUZA GALERANI, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 447602740, CPF 38393195870, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Ipanema V.I - Fund. Investimento Multissetores - Npl Ipanema V.I Nao Padronizado, tratando-se de Ação de Busca e Apreensão convertida em Execução de Título Extrajudicial para recebimento de R\$112.807,04 (115.031,18 - fls. 104/105) decorrente do contrato de mútuo com alienação fiduciária nº 1247000157582. Estando o executado em lugar ignorado, exped-se o edital para que em 03 dias, pague o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos ou reconhecer o crédito, depositando 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 6 parcelas mensais corrigidas, sob pena de operar-se a conversão do bloqueio de R\$12.122,63 (18.011,23 - fls. 244) de sua conta em penhora, da qual fica neste ato intimado para em 03 dias, se manifestar em fls. 854 e 855. Caso contrário, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barra Bonita, aos 17 de abril de 2023.

EDITAL DE Citação - PRAZO DE 20 Dias. Processo Nº 1007985-67.2019.8.26.0606/O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). LIGIA MARIA TEGAO NAVÉ, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A(O) AJS PIZZAS & GRELHADOS LTDA. EPP. CNPJ 073251500041-7, com endereço à Avenida Artur Balsa, 406, CEP 17340-000, Barra Bonita - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Ipanema V.I - Fund. Investimento Multissetores - Npl Ipanema V.I Nao Padronizado, tratando-se de Ação de Busca e Apreensão convertida em Execução de Título Extrajudicial para recebimento de R\$55.395,90 (105.215,21 - fls. 104/105) decorrente do contrato de mútuo com alienação fiduciária nº 1247000157582. Estando o executado em lugar ignorado, exped-se o edital para que em 03 dias, pague o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos ou reconhecer o crédito, depositando 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 6 parcelas mensais corrigidas, sob pena de operar-se a conversão do bloqueio de R\$12.122,63 (18.011,23 - fls. 244) de sua conta em penhora, da qual fica neste ato intimado para em 03 dias, se manifestar em fls. 854 e 855. Caso contrário, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barra Bonita, aos 17 de abril de 2023.

EDITAL DE Citação - PRAZO DE 20 Dias. Processo Nº 1007985-67.2019.8.26.0606/O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). LIGIA MARIA TEGAO NAVÉ, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A(O) AJS PIZZAS & GRELHADOS LTDA. EPP. CNPJ 073251500041-7, com endereço à Avenida Artur Balsa, 406, CEP 17340-000, Barra Bonita - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Ipanema V.I - Fund. Investimento Multissetores - Npl Ipanema V.I Nao Padronizado, tratando-se de Ação de Busca e Apreensão convertida em Execução de Título Extrajudicial para recebimento de R\$55.395,90 (105.215,21 - fls. 104/105) decorrente do contrato de mútuo com alienação fiduciária nº 1247000157582. Estando o executado em lugar ignorado, exped-se o edital para que em 03 dias, pague o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos ou reconhecer o crédito, depositando 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 6 parcelas mensais corrigidas, sob pena de operar-se a conversão do bloqueio de R\$12.122,63 (18.011,23 - fls. 244) de sua conta em penhora, da qual fica neste ato intimado para em 03 dias, se manifestar em fls. 854 e 855. Caso contrário, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barra Bonita, aos 17 de abril de 2023.

Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1048480-38.2019.8.26.0224. O Dr. Ricardo Felício Scalf, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Manuel dos Passos Oliveira CPF 089.651.108-32 que Eliane Lopes de Carvalho e outro ajuizaram Ação de Procução Comum (R\$23.000,00 - fl. 172.19) obstando que o réu seja condenado a apresentar a 2ª via do certificado de propriedade do veículo da marca Fiat/Palio, placas GEX 1684, Renavam 0108422222, ano/model. 16/16 para transferência de propriedade a coautora. Estando o réu em lugar ignorado, exped-se o edital para que no prazo de 15 dias, a fluir os 20 supra, conteste